



## PATRIMÔNIO CULTURAL E GESTÃO: O MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS DE BELO HORIZONTE

Álvaro Américo Moreira Sales<sup>1</sup>  
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
[alvaromsales@gmail.com](mailto:alvaromsales@gmail.com)

### Resumo

Uma das formas de proteção do patrimônio cultural é por meio do tombamento, que institui bens culturais. Alguns desses bens são utilizados como equipamentos culturais devido à sua importância no contexto urbano. Neste artigo, o equipamento analisado foi o Museu de Artes e Ofícios, que está localizado num edifício tombado na região central de Belo Horizonte. A gestão desse museu está diretamente relacionada ao bem cultural em que está localizado e, por isso, questiona-se como se dá relação entre patrimônio, equipamento cultural e entorno. Para tal, foi feita uma pesquisa qualitativa e exploratória e constatou-se que a relação entre patrimônio e gestão de equipamento cultural, no caso do Museu de Artes e Ofícios, foi positiva, pois gerou benefícios para o museu e o bem cultural.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, gestão, museu

### Abstract

---

<sup>1</sup>Álvaro Américo Moreira Sales possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e especialização em Gestão Cultural no Centro Universitário UNA (2009). Atualmente cursa Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UFMG. É técnico em patrimônio cultural da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, com experiência em Patrimônio Cultural e Turismo. É também fundador e editor do periódico eletrônico DIADORIM Cultural.

One of the ways to protect cultural heritage is by listing which sets monuments. Some of these monuments are used as cultural facilities because of its importance in the urban context. In this article, the equipment studied was the Museum of Arts and Crafts (*Museu de Artes e Ofícios*) which is located in a monument in central Belo Horizonte. The management of this museum is directly related to the monument in which it is located. Therefore the relationship between monument, cultural facility and its surroundings is questioned. For such, it has been done a qualitative and exploratory study and, as a result, it has been stated the relationship between cultural heritage and management of cultural facilities, in the case of the Museum of Arts and Crafts, was positive since it generated profits for both the museum and monument.

**Key words:** cultural heritage, management, museum

## 1. Introdução

O patrimônio cultural é um conceito muito amplo e pode ser definido como tudo que se relaciona com a cultura, memória e identidade de um indivíduo, grupo ou comunidade e deve ser preservado como forma de manter características consideradas importantes por esses grupos (ICOMOS). Assim, a proteção do patrimônio cultural é de suma importância para a sociedade e suas gerações futuras. Uma das formas de protegê-lo é por meio do tombamento – instituição legal realizada pelo poder público – que define bens culturais. Alguns desses bens culturais são utilizados como equipamentos culturais, dada a sua importância num contexto urbano ou pela sua própria localização; geralmente estão localizados nas áreas centrais da cidade, como testemunho da história dessas.

O equipamento cultural analisado nesse trabalho, o museu, se relaciona ao patrimônio cultural, pois também tem o compromisso dessa preservação, seja de objetos ou de territórios. Além disso, os museus têm uma função educacional e social, pois devem apresentar aos cidadãos que patrimônio é esse, numa tentativa de preservá-lo. Por ser um equipamento cultural, converge público que busca educação, lazer, e/ou turismo. Aí reside sua importância dentro do contexto urbano, pois pode gerar fluxos para o local em que está inserido e modificá-la e revitalizá-la.

A gestão desses equipamentos está diretamente relacionada ao bem cultural, pois a tipologia da edificação influencia diretamente no que é exposto e como é exposto. Ao mesmo tempo, o próprio valor cultural da edificação pode gerar fluxo a este equipamento e garantir um número maior de visitantes. Assim, este trabalho questiona como se dá a relação entre o

patrimônio, equipamento cultural e sua gestão, considerando a própria edificação e o seu entorno, e quais os benefícios e prejuízos surgem dessa relação.

A compreensão dessa relação foi feita por meio de um estudo de caso no Museu de Artes e Ofícios, localizado na área central de Belo Horizonte. O Museu de Artes e Ofícios (MAO) é um espaço cultural que abriga e difunde um acervo representativo do universo do trabalho, das artes e dos ofícios do Brasil (figura 1). A coleção do museu possui objetos, instrumentos e utensílios de trabalho do período pré-industrial brasileiro, com peças originais dos séculos XVIII ao XX. Esse acervo conduz o visitante a uma identificação com o universo do trabalho ali referenciado, que representa os mais variados ofícios. O museu está instalado na Estação Central de Belo Horizonte e faz parte do Conjunto Paisagístico da Praça Rui Barbosa, tombado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Para abrigar o museu foram restaurados dois prédios desse conjunto construídos na década de 1920 e de características ecléticas. A Estação Central era, desde a inauguração da capital em 1897, uma importante referência urbana, pois constituía o lugar de recepção e despedida das pessoas que chegavam à cidade.



Figura 1: Museu de Artes e Ofícios  
Fonte: Markito/EMBRATUR (2006)

A pesquisa desenvolvida foi qualitativa, para tentar compreender o fenômeno estudado, e também exploratória, com o objetivo de entender a relação entre patrimônio e equipamento cultural. Assim, após um levantamento bibliográfico que analisou os principais conceitos relacionados ao tema, foi feita uma pesquisa de campo, que incluiu algumas visitas ao Museu de Artes e Ofícios e uma entrevista. Nas visitas foi feita a observação de todo o museu e a entrevista semi-estruturada foi feita com a coordenadora de museologia, que tem profundo

conhecimento sobre o museu e a sua implantação. As respostas foram analisadas posteriormente à luz da bibliografia selecionada e relacionadas aos outros dados coletados pela observação direta.

## 2. PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

A invenção do termo patrimônio ou monumento histórico se dá no período da Revolução Francesa, de acordo com Choay (2006). Mas o termo só foi instituído oficialmente com a criação do cargo de Inspetor de Monumentos Históricos da França, em 1830. A autora, ao tratar da invenção do patrimônio urbano na França, refere-se à metamorfose quantitativa sofrida pelo culto ao patrimônio, a partir da década de 1960. Neste período, além do patrimônio histórico até então já reconhecido, amplia-se o que é considerado patrimônio aos tecidos urbanos, à arquitetura industrial e à arquitetura vernacular. Além disso, neste momento se associa o termo ao papel da indústria cultural, que altera os princípios adotados na valorização do patrimônio urbano.

Atualmente, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) define

Patrimônio cultural é uma noção muito ampla, pode-se dizer que é tudo o que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas – coletividades de natureza diversa como grupos familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações – são os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas, as tradições, os modos de fazer, os sítios arqueológicos. É tudo o que, para determinado conjunto social, interessa proteger por ser considerado como cultura própria, o que é base de sua identidade, o que o faz distinto de outros grupos, incluindo não somente monumentos e outros bens de caráter físico, mas a experiência vivida, que se condensa na linguagem, nos conhecimentos, nas tradições, nos modos de usar bens e espaços.<sup>2</sup>

Como o próprio conceito já determina, o patrimônio cultural é amplo e pode ser dividido em material (obras arquitetônicas, esculturas, sítios arqueológicos, por exemplo) e imaterial (práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas).

No Brasil, de acordo com Fonseca (2005), a evolução do conceito de patrimônio histórico e cultural está relacionada a dois dispositivos legais: o Decreto-lei número 25, de novembro de 1937, e a Constituição Federal de 1988.

---

2 Disponível em <[http://www.icomos.org.br/001\\_001.html](http://www.icomos.org.br/001_001.html)>. Acesso em: 26jan2010.

No primeiro foi criado o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão federal orientado para a defesa e proteção do patrimônio. Estabeleceu-se que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional deve ficar sob a guarda do Estado, instituindo-se o tombamento de bens como o principal instrumento da política de patrimônio. As normas estabelecidas estavam amparadas na idéia de nacionalidade e definiam-se em função de sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou em função de seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Consagrou-se a ênfase na proteção dos bens materiais, especialmente os arquitetônicos e principalmente os coloniais.

O segundo dispositivo, apontado por Fonseca (2005), é a Constituição de 1988, que alargou normativamente o âmbito conceitual do patrimônio, introduzindo a dimensão imaterial e ampliando sua abrangência, ao se referir aos “bens portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 216)<sup>3</sup>. Passa a ser valorizada então a diversidade cultural brasileira e os diferentes modos de “criar, fazer e viver” (art. 216)<sup>4</sup>. A Constituição ampliou ainda a competência de estados e municípios para conduzir suas políticas, valorizando a parceria entre poder público e comunidade na definição das diretrizes das políticas e, particularmente, na definição dos bens que serão objeto de proteção. A preservação do bem cultural passa a integrar-se ao cotidiano da comunidade e deve ser partilhada com organizações sociais capazes de uma ação efetiva. Assim, estimulou-se a participação de gestores públicos e autoridades locais, organizações não-governamentais, profissionais especializados e outros segmentos da sociedade civil.

E, como dito anteriormente, uma das formas para proteger esse patrimônio cultural é o tombamento. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

“O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças,

---

3 Ver a Constituição Federal de 1988, artigo 216.

4 Ibidem.

idades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.”<sup>5</sup>

Assim, após avaliação técnica preliminar, o processo de tombamento é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Se a intenção de proteger um determinado bem é aprovada, é expedida uma notificação ao proprietário, o que significa que o bem já está protegido legalmente. Depois o processo deve ser devidamente instruído, o tombamento deve ser aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação publicada oficialmente. O último passo é a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários.

### **3. PATRIMÔNIO COMO EQUIPAMENTO CULTURAL**

Fonseca (2005) discorre sobre a importância do patrimônio. Além de possuir um valor histórico, artístico e etnográfico, dentre outros, há também um sentimento de pertencimento a comunidade ou a uma nação, dependendo do tipo de bem. Para Scheiner (2004), o patrimônio é um reconhecimento no tempo e espaço de determinado fio condutor que liga a um lugar, por meio de sinais que são construídos. Esse fio condutor é a memória e os sinais são bens culturais, mas também os resíduos e vestígios presentes na cidade e que resistiram, fazendo parte de um imaginário. Percebe-se, assim, que o patrimônio é importante tanto para uma noção coletiva quanto individual de pertencimento àquele lugar e àquela cultura.

Quando o patrimônio cultural é utilizado como equipamento cultural há a possibilidade de fruição dessa história e desse pertencimento pela população e também uma possibilidade de requalificação urbana. Ribeiro (2000), afirma que,

“A utilização do patrimônio como espaço cultural, para além de fomentar uma redefinição do equipamento cultural, permite ativar o papel mediador da cultura urbana enquanto agente mobilizador de intervenções relativas à recuperação de conjuntos arquitetônicos com importância histórica e monumental.” (p. 6)

Dessa forma, o que está em voga é a própria noção de espaço público, uma vez que, com a reabilitação do patrimônio, esse espaço sofre um reenquadramento cênico e performativo, que se reflete, em parte, numa nova representação visual da cultura urbana. A autora destaca a intervenção nos centros da cidade, que, por meio da revitalização e inovação

---

<sup>5</sup> Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 26jan2010.

cultural, torna-se possível realizar uma requalificação urbana. Essas áreas centrais, na maioria das vezes, são de localização acessível e possuem uma visibilidade e singularidade histórica e arquitetônica, mas sofreram consequências negativas devido ao deslocamento da função produtiva e podem se tornar vazios urbanos e zonas de insegurança.

Ribeiro (2000) afirma que a intervenção cultural em edificações representa em alguns casos a sua devolução à função original ou reabilitação de espaços em declínio, por meio da dinamização cultural. Essa apropriação para fins culturais constitui uma oportunidade para reintroduzir esses lugares no tecido urbano e favorece a redinamização dos espaços urbanos. Como aponta a autora, “o papel da cultura é o de renegociar a cidade, o que passa pelo relançamento da sua economia urbana, visível, por exemplo, no aumento da atividade turística urbana ou no aumento de setores que fazem parte do núcleo cultural [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 6). Além disso, assiste-se a um reforço da afirmação identitária, que passa pela valorização do patrimônio.

O equipamento cultural, como aponta Coelho (2004), é entendido como a edificação destinada a práticas culturais (teatro, cinema, biblioteca e museu, por exemplo) ou que abriga grupos de produtores culturais (orquestra sinfônica e corpos de baile, por exemplo). Esse equipamento torna operacional um espaço cultural, que por sua vez, é local de democratização da ação cultural. Dito isso, o equipamento cultural analisado nesta pesquisa é o museu. O Conselho Internacional de Museus da UNESCO (ICOM) define museu como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, o patrimônio material e imaterial do homem e seu meio ambiente”<sup>6</sup>.

Ao abordar a relação entre museus e o patrimônio, é necessário discorrer sobre a arquitetura desses espaços. Montaner (2003) elaborou modelos de análise de tipos de arquitetura e reitera a diferença entre o espaço relativo à arquitetura de museus construídos para este fim e os espaços arquitetônicos que denotam em si já o valor de museu, como os edifícios históricos. Afirma que esses edifícios partem de estruturas tipológicas existentes, sendo necessário adaptar a partir dessas limitações para se fazer um museu. “Uma intervenção rigorosa seguindo esta lógica deve partir de uma análise tipológica do edifício existente para revitalizá-lo e enriquecer sua dimensão urbana” (MONTANER, 2003, p. 73). Assim, deve-se tirar proveito de uma estrutura tipológica predefinida de corredores, salas, escadarias, dentre

---

<sup>6</sup> ICOM *Statutes*. Artigo 3, Parágrafo 1. Tradução nossa.

outros, para converter tais edifícios em museus. Em relação às demandas da indústria cultural, que necessita também de espaços de consumo como, por exemplo, cafeterias, restaurantes e lojas, há uma alteração nos programas arquitetônicos e museológicos, buscando atender o papel dos museus na ambiência urbana.

#### **4. MUSEU E SOCIEDADE**

Montaner (2003) afirma que os museus, do ponto de vista do planejamento de cidades, são equipamentos culturais e também urbanos que podem ser tanto públicos ou privados, mas de utilidade pública, que são destinados à prestação de serviços necessários para o funcionamento dessas cidades. Assim, esse equipamento cultural, agrupado dentro da categoria cultura e lazer, é uma edificação ou espaço cultural, destinado à prática cultural. Além disso, como afirma o autor, os museus geram grandes espaços urbanos, por meio dos espaços criados para esse fim ou da adaptação de edifícios de valor patrimonial. Dessa forma, pode-se atribuir aos tecidos urbanos um novo valor de urbanidade e de representatividade da vida coletiva.

Outra função dos museus é abordada por Amaral (2003). O autor afirma que, como “[...] instrumento eficiente de fixação das identidades coletivas, o museu guarda ampla possibilidade de reflexão e deve constituir-se como interlocutor privilegiado entre a sociedade e seu passado” (AMARAL, 2003, p. 12). Dessa forma, o museu, assim como patrimônio, fortalece e afirma identidades, seja ela nacional ou específica de determinados grupos ou comunidades. Caracteriza-se, então, como um interlocutor social, que resgata e valoriza uma memória que deve ser preservada. Montaner (2003) complementa afirmando que o museu “[...] confere urbanidade, representatividade e vida coletiva. Os museus e coleções converteram-se em pólos de atração turística, mas decisivo, enquanto também se consolidavam como elemento básico para conseguir que os cidadãos se sentissem membros de uma cidade que dispõe de cultura e capacidade recreativa” (p. 151). Assim, o museu passa de uma instituição estática para um local em contínua transformação, em consonância com o caráter multicultural atual. O museu é, então, ativo e integrado ao consumo, ao mesmo tempo em que se relaciona com a cidade e a sociedade.

Essa instituição ativa é muito importante dentro do contexto urbano, como aponta Amaral (2003). A finalidade educativa dos museus se expressa por meio do diálogo com



outras ciências. As universidades têm muito a contribuir no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e fazer dos museus centro de pesquisa e estudo, que produzam conhecimento, sejam espaços de reflexão multidisciplinar e tragam pesquisadores estimulados pela possibilidade do intercâmbio cultural, tendo o museu como centro de referência. Cada vez mais universidades mantêm museus no âmbito institucional e esses se caracterizam de acordo com o objetivo proposto, por exemplo, antropológico, arqueológico ou artístico. Podem ser também pólos de formação profissional ao desenvolverem atividades técnicas específicas. Ou ainda, como instituição cultural, que atue nos diversos campos da sociedade e da cidade e estabeleça um elo entre as políticas públicas de cultura e a comunidade. Por meio de um diálogo com o urbanismo pode-se gerar uma revitalização das cidades, atraindo empresas e bens culturais e consolidando novos pólos de atração turística. Dessa forma, o museu se consolida como uma instituição educacional destinada à pesquisa e reflexão, e integrada social e culturalmente.

Entretanto, para manter o museu como uma instituição importante dentro da cidade e da sociedade, é preciso gerir esse espaço e garantir fluxo de visitantes. Amaral (2003) afirma que sem uma visão estratégica integrada não há projeto cultural que se sustente. Para o autor, é necessário que o entorno dos museus, no que se refere a conjuntos arquitetônicos, equipamentos culturais e atrativos turísticos, se articulem num amplo plano de gestão. Além disso, o turismo não pode ser deixado em segundo plano, já que apenas a existência de um equipamento cultural não garante fluxo constante de visitantes. “O museu, pela simples curiosidade que seus artefatos e objetos encerram, já é um centro de visitação constante. Mas o contentamento com os fracos índices de visitação oriundos apenas dessa ‘curiosidade’ não tem levado os museus a parte alguma.” (AMARAL, 2003, p. 15). Dessa forma, é preciso fortalecer as relações com a comunidade do entorno, com o objetivo de integração cultural e educacional. Além disso, a possibilidade de intercâmbios, divulgação científica de pesquisas e uma ação coordenada e estratégica podem garantir museus auto-sustentáveis, autônomos e com fluxo regular de visitantes.

## **5. O MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS**

O Museu de Artes e Ofícios (MAO) está inserido numa edificação tombada em nível estadual que foi restaurada para abrigar este equipamento cultural e está situado num conjunto

paisagístico composto por outros bens culturais. Possui em seu acervo bens em processo de tombamento pelo IPHAN que são testemunhos dos ofícios presentes no Brasil pré-industrial. É administrado pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), a quem foi cedido em regime de comodato pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). As obras de restauração e adequação iniciaram em 2001 e o museu foi aberto ao público em janeiro de 2006. Nesse período, foram restaurados o prédio da Estação Central e o prédio da Estação da Oeste de Minas e reformadas as plataformas para abrigar as galerias expositivas. Também foi realizado um trabalho de pesquisa e organização da exposição permanente e desenvolvido um programa de conservação de acervo.

A entrevistada, coordenadora de museologia, afirmou que a escolha do local se deu exatamente pelo fator central. O MAO é um museu cujo acervo é um testemunho do trabalho do homem comum brasileiro. Então, deveria ser de fácil acesso ao trabalhador, que ao passar pelo local com frequência, entraria no museu. Quando da escolha do local, o edifício estava subutilizado e a praça em frente era um amplo estacionamento e de tráfego intenso de pedestres. O prédio sofreu uma restauração “vigorosa”, de acordo com o relato da entrevistada, e foi patrocinada pelo poder público e instituições privadas.

Sobre a relação do museu com o entorno, a entrevistada afirmou que o MAO foi o indutor de uma requalificação da área. A partir da inauguração do museu, a Prefeitura de Belo Horizonte retomou um projeto urbanístico, feito por meio de concurso na década de 1990, que modificou a Praça da Estação e a Praça Rui Barbosa, como pode ser visto na figura 2. Assim, a área voltou a ser utilizada pela população como local de lazer e descanso e não apenas como local de passagem. Por exemplo, desde a reforma, vários eventos e manifestações culturais ocorreram na praça. Além disso, houve uma requalificação do metrô central e a restauração de alguns prédios do entorno. Atualmente, o local se configura como espaço destinado a eventos e manifestações culturais em Belo Horizonte. Com a implantação do Museu de Artes e Ofícios, a Praça da Estação contribuiu para o processo de revitalização de toda a região central da cidade, já consolidada como um pólo cultural.



Figura 2: Museu de Artes e Ofícios no centro e Praça da Estação à frente  
Fonte: Felipe Leite (2007)

Entretanto, em janeiro de 2010 a prefeitura de Belo Horizonte decretou a proibição de eventos na Praça da Estação<sup>7</sup>. A respeito desse assunto, a entrevistada afirma que os eventos estavam danificando a praça, pois alguns comportavam 20 mil pessoas. Além disso, esses eventos fechavam o acesso ao museu devido ao grande número de pessoas e, os palcos, ao serem montados e desmontados, atrapalhavam o uso e o fluxo da praça. Para a entrevistada houve um exagero, falta de controle e falta de dimensionamento desses eventos.

O projeto museográfico, elaborado por Pierre Catel, permite ao visitante uma ampla reflexão sobre a história e as relações sociais do trabalho no Brasil. A exposição do acervo utiliza linguagem criativa, pois alia a iconografia a recursos tecnológicos. O projeto integrou os dois edifícios por meio de um túnel que passa embaixo dos trilhos e transformou as plataformas de embarque e desembarque e áreas externas em galerias expositivas. A área total do museu é de 9.200 m<sup>2</sup> e compreende espaço de exposições permanente e temporárias, um jardim-museu, áreas de convivência, café e loja. O acervo está dividido em áreas temáticas de ofícios e buscou-se uma museografia neutra. Entretanto, de acordo com a entrevistada, há um

---

<sup>7</sup> DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009: O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depreciação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, DECRETA: Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010. Disponível em <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=101773>>. Acesso em: 26jan2010

problema de circulação pelo fato de ser um edifício adaptado. O prédio da Estação Central abriga o hall de entrada, recepção e um espaço de exposição temporária. Ao adentrar na área de exposição há a plataforma, que foi projetada em formato longo e estreito, pois deveria comportar pessoas à espera do trem. No entanto, para o museu, essa plataforma serve de área de exposição e o visitante é obrigado a andar por toda a sua extensão e voltar pelo mesmo caminho, não configurando assim, um percurso em que apenas se entra e sai pelo mesmo local. “Não é o ideal, mas em prédios adaptados nem sempre a gente tem o ideal. Mas apesar disso tudo a solução encontrada pela museografia foi muito boa, porque nada é encostado na parede e prédio está totalmente solto”, disse a entrevistada.

Outro ponto apontado por ela é que há uma leitura entre ferrovia, estação e museu, pois todas as paredes externas são de vidro. “A gente teve que tirar partido de um equipamento de vitrine e painel que qualificasse esse espaço para museu e não mais estação. O espaço não era ideal e o desafio foi desenvolver um tipo de suporte onde pudesse colocar os objetos, de minúsculos a enormes.” Entretanto, algumas edículas foram demolidas para a criação de cinco vitrines externas com acervo, que são expostas para quem espera o metrô na plataforma. Um desafio para a museologia é a conservação do acervo, pois, devido aos painéis de vidro, há incidência direta de luz solar. Por causa disso foi instalada uma película protetora nos vidros e, em alguns pontos, cortinas automáticas para diminuir a insolação. Além disso, é feito um rodízio periódico das peças para controlar essa exposição à luz.

Em relação à visitação, de acordo com a entrevistada, o MAO recebeu mais de 100 mil visitantes em 2009. Ela afirma que tal fato pode ser explicado pelo acervo do museu, que está ligado à memória de grande parte da população da cidade, a sua localização central e fácil acesso, e ao poder de atratividade do próprio prédio. “O prédio é um ícone da cidade, é significativo e está na lembrança das pessoas porque elas chegavam por aqui”, disse a entrevistada. Para fomentar a visitação, o museu faz parte do roteiro cultural da BELOTUR (Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A) e participa da Rede Informal de Museus e Centros Culturais (RINC). Tal rede proporciona uma comunicação entre museus, de forma que o visitante é convidado a visitar outros museus por meio de um folheto explicativo. Além disso, o MAO tem dois projetos permanentes: Ofício da Palavra, no qual um escritor é convidado a falar sobre o ofício da escrita seguido da leitura de um texto e comentário, e Ofício da Música, no qual são convidados artistas de música instrumental. Realiza periodicamente exposições temporárias para atrair um público diverso. Essas exposições são

organizadas tanto pelo museu quanto por terceiros. Além disso, nos sábados a visita é gratuita e durante a semana o MAO recebe grupos de escolas, numa média de seis por dia.

Sobre os aspectos educacionais, o museu disponibiliza alguns programas para alunos e professores. As visitas são feitas de acordo com a faixa etária dos alunos e podem ser temáticas, com o objetivo de apresentar determinados ofícios aos visitantes. O museu possui também um programa específico para professores, no qual atividades educativas são apresentadas e experiências desses são debatidas como uma forma de estabelecer um diálogo entre o museu e a escola.

O museu realiza, desde 2008, cursos de qualificação de jovens na área de conservação. O objetivo é capacitar jovens para atuarem como assistentes de restauração e se configura como uma iniciativa de inserção sócio-cultural e profissional. Esses cursos têm a duração de sete meses e empregam estudantes de ensino médio em situação de risco da região metropolitana de Belo Horizonte. A maior parte dos alunos formados está inserida no mercado de trabalho.

O MAO possui também convênios com universidades. Mantém uma parceria com a UFMG, por meio da Faculdade de Educação, para pesquisar como os alunos se apropriam dos recursos do museu. Disponibiliza também vagas de estágio para estudantes de graduação, que atuam principalmente na área educativa. O museu organiza esporadicamente seminários que discutem a questão patrimonial, museológica e educacional. Durante a implantação do museu foram organizados três seminários sobre museologia e um sobre educação. No final de 2010, o objetivo é realizar um seminário que discuta museus e cidades.

Com relação às parcerias institucionais, a entrevistada afirmou que o museu é mantido por meio dessas. O MAO é uma parceria público-privada, pois o Instituto Cultural Flávio Gutierrez administra o museu, localizado num edifício de propriedade pública. Os recursos para a manutenção advêm de mantenedores institucionais e leis de incentivo à cultura. A entrevistada afirmou que participa também de editais do Ministério da Cultura específicos para museus e que obtém alguns recursos dessa forma. Além disso, um parceiro importante é a Prefeitura de Belo Horizonte que é responsável pela segurança e limpeza do edifício. “Se a prefeitura não tivesse dado apoio não estaríamos abertos hoje”, disse a entrevistada. Outras fontes de receita do museu são a bilheteria, o café, a loja, as exposições temporárias realizadas por terceiros e o aluguel de espaços para a realização de eventos. Entretanto, a entrevistada

afirmou que essas parcerias tem que ser renovadas ano a ano e a busca de novas formas de manter o museu é constante.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após algumas considerações sobre o patrimônio cultural, a gestão de museus e uma análise do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte percebeu-se que a interação entre um equipamento cultural e um bem tombado pode ser benéfica. No caso estudado, a instalação de um museu num edifício significativo para a cidade contribuiu para a sua restauração e conservação, além de requalificar a área em seu entorno.

Como afirma Scheiner (2004), a preservação do patrimônio cultural é importante para uma noção de pertencimento do indivíduo àquele lugar, pois esse bem cultural atua na memória e no imaginário coletivo. Dessa forma, ao preservar o edifício da Estação Central, preserva-se a história de Belo Horizonte e de onde chegaram os primeiros habitantes da nova capital.

Ao transformar esse patrimônio cultural em equipamento cultural houve uma requalificação urbana, questão apontada por Ribeiro (2000), pois a instalação do Museu de Artes e Ofícios no edifício motivou a Prefeitura de Belo Horizonte a retomar um antigo projeto urbano. Dessa forma, a Praça da Estação que era uma área degradada e perigosa, tornou-se um local utilizado pela população para lazer e para as manifestações culturais depois da revitalização. Outro ponto abordado por Ribeiro (2000) é a reabilitação de espaços em declínio. Antes da inauguração do museu, o edifício estava subutilizado e degradado, mas a restauração devolveu ao local suas características estéticas e beleza, fazendo com que esse voltasse a ser um ícone na cidade.

Apesar de perder sua função original, estação ferroviária, tornou-se um equipamento cultural de uso da população. Nessa restauração, algumas modificações foram feitas para abrigar o Museu de Artes e Ofícios, mas aprovadas pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), órgão responsável pelo tombamento do bem. Mesmo assim, o projeto museográfico soube tirar proveito da tipologia do edifício e adequá-la à exposição do acervo, questão colocada por Montaner (2003) ao analisar a instalação de museus em edifícios já existentes. Foram instalados também espaços de consumo (café e loja), demandas da indústria cultural, como aponta o autor.

Em relação ao museu como equipamento cultural, percebeu-se que esse atua diretamente no contexto urbano de Belo Horizonte. Foi capaz de qualificar a área, entrar no roteiro cultural da cidade e integrar-se na vida cultural da população. Além disso, como aponta Amaral (2003) ao falar sobre a fixação de identidades coletivas, o Museu de Artes e Ofícios tem um importante papel na memória e afirmação identitária belo-horizontino por duas razões: restaurou um bem cultural e trouxe objetos do imaginário local para a exposição, dando uma oportunidade de rememoração e aprendizado à população. Caracteriza-se assim, como um interlocutor entre a sociedade e seu passado.

O Museu de Artes e Ofícios é também uma instituição ativa dentro da sociedade em que está inserida. Sua finalidade educativa é exercida por meio de um amplo programa que engloba visitas guiadas com alunos de escolas e o diálogo com professores objetivando tornar o museu mais aberto a estes educadores. O museu é também um local no qual se faz pesquisa, pois possui convênio com a universidade local e atua em parceria com outras instituições. Possui também bom relacionamento com outros museus e órgãos públicos, o que garante maior fluxo de visitantes e captação de recursos para a sua manutenção.

Portanto, como pode ser observado, a implantação do Museu de Artes e Ofícios num bem cultural contribuiu para ambos. O edifício foi restaurado e devolvido à população e o museu garantiu maior fluxo de visitantes, por sua localização e poder de atratividade do próprio bem cultural. Mas, para ser implantado, teve que sofrer algumas adaptações, tanto do ponto de vista da arquitetura quanto da museografia, que, no entanto, não acarretaram grandes prejuízos. Assim, pode-se afirmar que a relação entre patrimônio e gestão de equipamento cultural, no caso do Museu de Artes e Ofícios foi, no geral, bastante positiva.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Reflexões sobre o papel educativo dos museus*. Revista Humanidades, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Tombamentos*. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576 &retorno=paginaIphan](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan)> . Acesso em: 26jan2010.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade:UNESP, 2006. 282 p.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 3. ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004. 383p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005. 294 p.

ICOM. *International Council of Museums Statutes*. 2007, Viena. Disponível em <<http://icom.museum/statutes.html#2>>. Acesso em 26jan2010.

ICOMOS. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional e Monumentos e Sítios. *Noção de Patrimônio*. Disponível em < [http://www.icomos.org.br/001\\_001.html](http://www.icomos.org.br/001_001.html)>. Acesso em: 26jan2010.

MONTANER, Joseph Maria. *Museus para o século XXI*. Tradução de Eliana Aguiar. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003. 57 p.

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. Disponível em <<http://www.mao.org.br>>. Acesso em 05dez2009.

RIBEIRO, Joana Sousa. *A cultura e a (des)diferenciação do espaço público*. In: IV Congresso Português de Sociologia, 2000, Coimbra. Disponível em: <[http://www.aps.pt/index.php?area=001&marea=003&id\\_pub=PUB460a50b168fd1](http://www.aps.pt/index.php?area=001&marea=003&id_pub=PUB460a50b168fd1)>. Acesso em 05dez2009.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Imagens do Não Lugar: Comunicação e os Novos Patrimônios*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, 2004.

**Recebido em 14.06.2010. Aprovado em 08.08.2010.**